



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Junta de Recursos - SES-MG

Parecer nº 1/SES/JRECURSOS/2022

PROCESSO Nº 1320.01.0156307/2019-88

### JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL

ASSUNTO: Análise de Recurso Administrativo

AUDITADO: Sistema Municipal de Saúde

MUNICÍPIO: São Sebastião do Paraíso

NMAA: Sul

URS: Passos

SEI: 1320.01.0156307/2019-88.

ATIVIDADE SISAUD: 619

RECORRENTE: Sistema Municipal de Saúde (Representado por sua Gestora, Sra. A.L.S.)

### RELATÓRIO

Trata-se de Auditoria Especial realizada pelo Núcleo Regional de Auditoria Assistencial (ARAS) Sul, no Sistema Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso, no período compreendido entre 27 a 29/10/2020, que originou o Ofício de notificação SES/AUDSUS nº 650/2021, em virtude das seguintes constatações não conformes, seguidas de penalidades, impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011:

***Penalidade de Advertência Escrita em consequência das seguintes constatações não conformes:***

1 - Constatação nº: 613585 - A UPA 24H NOVA OPÇÃO VII de São Sebastião do Paraíso não possui os materiais e equipamentos de acordo com a legislação vigente.

2 - Constatação nº: 613590 - Inexistência de Protocolos Clínicos e Diretrizes de Ginecologia/Obstetrícia para atendimento aos Usuários na UPA 24H NOVA OPÇÃO VII de São Sebastião do Paraíso.

3 - Constatação nº: 613597 - A SMS de São Sebastião do Paraíso não possui quantitativo suficiente de profissionais ginecologistas na Rede Municipal conforme previsto na legislação.

4 - Constatação nº: 613598 - A SMS São Sebastião do Paraíso não garante o acesso dos usuários a especialidade de ginecologia na rede (demanda reprimida).

## PARECER

A Auditoria em questão foi realizada atendendo à demanda da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Sebastião do Paraíso, encaminhada a SES-MG, por meio do Ofício nº1063 de 29/11/19, que solicitou inspeção in loco em Unidade de Pronto Atendimento/UPA localizada naquele município, para verificação da existência dos equipamentos mínimos para seu funcionamento, de médico presencial em todo o horário de expediente e a regulação dos usuários do SUS quanto aos atendimentos de ginecologia considerando a ordenação de fluxo, aplicação de protocolos de regulação e legislações correspondentes.

O recurso administrativo foi apresentado por meio do Ofício SMS/654/2021 (Documento de defesa nº 38403527), objetivando justificar as constatações não conformes supracitadas.

Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade do Recorrente:

**1 - Constatação nº: 613585- A UPA 24H NOVA OPÇÃO VII de São Sebastião do Paraíso não possui os materiais e equipamentos de acordo com a legislação vigente.**

***A equipe de auditoria evidenciou que:***

*“Em visita realizada na UPA de São Sebastião do Paraíso verificou-se que a mesma possui alvará sanitário de funcionamento atualizado, que não houve registro nas FAAs de falta de materiais e equipamentos e que seus plantonistas médicos e enfermeiros, assim como o Secretário Municipal de Saúde, informaram que possuem os materiais e equipamentos suficientes e apropriados para fazer o primeiro atendimento de pacientes, seja clínico ou ginecológico. No entanto as bombas de infusão (3) e os respiradores/ventiladores (3), cadastrados no CNES não foram disponibilizados para conferência.”*

**Manifestação da Recorrente:**

*“Consta no CNES que a UPA possui 3 (três) respiradores e 3 (três) bombas de infusão, para tanto temos a esclarecer:*

***Respiradores:*** Inicialmente foram cedidos 02 (dois) respiradores para a Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso/MG e 01 (um) respirador permaneceu na UPA para o atendimento das urgências e emergências. Tal medida foi tomada para minimizar os riscos de desassistência nos serviços de saúde com o início da pandemia COVID-19. Todavia, considerando a diminuição da demanda por internações tais **respiradores já foram devolvidos à UPA.**

*Para melhor comprovar tal afirmativa, registramos de maneira fotográfica os respiradores na sala de urgência. (...)*

***Bombas de infusão:*** As 03 (três) bombas de infusão que constam no CNES estão obsoletas e foram encaminhadas para manutenção. Nos últimos meses o atual coordenador da UPA fez a solicitação de compra desses equipamentos, a demanda foi enviada à Gerência de Compras e Licitações da Prefeitura e já foi publicado o edital de licitação dos equipamentos, que ocorrerá no dia 25/11/2021. Portanto, estamos em fase de regularização desta questão, necessitando de um prazo maior para demonstrar que foi solucionado.”

**2 - Constatação nº: 613590 - Inexistência de Protocolos Clínicos e Diretrizes de Ginecologia/Obstetrícia para atendimento aos Usuários na UPA 24H NOVA OPÇÃO VII de São Sebastião do Paraíso.**

**A equipe de auditoria evidenciou que:**

*“Apesar de que os atendimentos aos usuários na UPA de São Sebastião do Paraíso terem sido realizados conforme o POP Classificação de Risco e os profissionais médicos seguiram os fluxos pré-estabelecidos nos Protocolos Clínicos Médicos para atendimento aos Usuários SUS na UPA, não foi apresentado para verificação o Protocolo Clínico e Diretrizes de Ginecologia/Obstetrícia para atendimento aos Usuários na UPA de São Sebastião do Paraíso.”*

**Manifestação da Recorrente:**

*“O Protocolo foi elaborado pelo Diretor Técnico, Dr. Luiz Fernando Bertelli Xavier, CRM – 55209, encontra-se apenso a este ofício e será submetido para apreciação e aprovação do corpo clínico da UPA. Portanto, vimos demonstrar que as pendências estão sendo tomadas para regularização das não conformidades apontadas, todavia há um trâmite para ser seguido, e os prazos de resposta são menores que o tempo necessário pra correção de um processo de trabalho.”*

**3 - Constatação nº: 613597 - A SMS de São Sebastião do Paraíso não possui quantitativo suficiente de profissionais ginecologistas na Rede Municipal conforme previsto na legislação.**

**A equipe de auditoria evidenciou que:**

*“De acordo com SCNES da Policlínica Municipal Santa Maria, com a Planilha de Demanda Reprimida Ginecologia (1ª consulta)-Ambulatório Municipal-23/09/2020-relatório Vivver V0423 e com informações do Secretário Municipal de Saúde, do Coordenador da Policlínica municipal e da gerente de regulação, verificou-se que o município possui a relação de profissionais médicos ginecologistas: C.A.P. - realiza exames de ultrassonografia na Policlínica(PJ); D.M.T. (credenciada) - realiza procedimentos de colposcopia na Policlínica; H.M.F. - solicitou prévia de aposentadoria e está afastado devido fazer parte do grupo de risco(idoso) e W.R.S. (credenciado) - atende na zona rural do município. Porém tem apenas 01 médico atuante (Dr. F.A.G.) na Policlínica Municipal Santa Maria, atendendo apenas as consultas de pré natal. No ambulatório da Santa Casa a oferta de consultas realizadas ainda é insuficiente para resolver este problema de fila de espera. De acordo com parâmetros assistenciais o município deveria ter cadastrado o quantitativo de 18 profissionais médicos ginecologistas. Constatou-se que na rede de serviços da Secretaria Municipal de Saúde no momento não há quantidade suficiente de profissionais médicos efetivos, levando em consideração a demanda reprimida de ginecologia atual e que o número de profissionais ginecologistas na Rede Municipal é em quantidade insuficiente para atender a demanda existente no município.”*

**Manifestação da Recorrente:**

*“A situação atual é diferente da encontrada no momento da visita à UPA. Em 22/06/2020, foi homologado, através da Portaria 3.486, o concurso público Edital 001/2019, o qual previa vaga para médico ginecologista, contudo, não foi aprovado nenhum profissional.*

*Durante o exercício de 2020, além dos médicos citados na constatação, a Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso também fez atendimento em consultas especializadas em ginecologia, entretanto, em decorrência da pandemia, promoveu algumas suspensões de atendimento no período.*

*Em 2021 a Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso aumentou a oferta de consultas especializadas em ginecologia. Também em 2021 foi publicado um novo edital de credenciamento que proporcionou o aumento do quadro de médicos ginecologistas no ambulatório municipal.*

*Em consulta ao SCNES 2759403, é possível verificar que atualmente temos três profissionais disponíveis:*

1. André Luiz Meles Ferreira
2. Flávio de Almeida Gutierrez
3. Welinton Reis de Souza

*Portanto, atualmente o atendimento eletivo na especialidade de ginecologia se dá no ambulatório municipal e hospital.*

*Em anexo a lista atual de demanda reprimida, que poderá ser comparada com a demanda coletada na ocasião da inspeção da UPA.*

*Em 15/10/21 a demanda reprimida era de 541 pacientes no total, sendo 81 retornos e 460 primeiras consultas. Em 2021 foram realizados 1.598 atendimentos no ambulatório municipal, de janeiro a setembro. No mesmo período a Santa Casa agendou mais 1.695 atendimentos. O relatório encontra-se em anexo.”*

**4 - Constatação nº: 613598 – A SMS São Sebastião do Paraíso não garante o acesso dos usuários a especialidade de ginecologia na rede (demanda reprimida).**

**A equipe de auditoria evidenciou que:**

*“Verificou-se em Oitavas, com o Secretário Municipal de Saúde, com o coordenador da Policlínica Santa Maria, com a gerente do Serviço de Regulação, e na Planilha de Demanda Reprimida Ginecologia (1ª consulta) - Ambulatório Municipal 23/09/2020-relatório Vivver V0423, que conforme o fluxo da Atenção primária, havia 886 pacientes na fila de espera de 1ª consulta, 137 pacientes aguardando retorno na Policlínica Municipal Santa Maria e 50 pacientes aguardando retorno no Ambulatório da Santa Casa. Cabe ressaltar que às vezes os médicos da UPA atendem alguns casos que entendem ser mais graves e solicitam a ajuda da Policlínica Municipal para fornecer consulta especializada ambulatorial para o paciente. Esse fato ocorre devido a recusa da Santa Casa em aceitar o paciente através do SusFácil para avaliação do especialista no Hospital. Diante do exposto, constatou-se que não está sendo garantido o acesso dos usuários a especialidade de ginecologia na rede municipal de saúde de São Sebastião do Paraíso. Verificou-se ainda que após o decreto de calamidade pública perante a pandemia, teve-se que remodelar todos os serviços de saúde, todos os atendimentos de consultas ambulatoriais foram suspensas em março/2020, houve redução na agenda por especialistas, profissionais do grupo de risco foram afastados e também o ambulatório da Santa Casa ficou muito tempo sem ofertar vagas e consultas, aumentando a demanda reprimida. E a demanda reprimida encontrou-se parada por certo período de tempo, retornando no mês de outubro, onde a Santa Casa disponibilizou agenda para a especialidade de ginecologia. As Atividades foram retomadas a partir de 26/10/2020 e para a agenda de novembro ofertaram até o momento apenas 72 vagas para consultas com ginecologistas.”*

**Manifestação da Recorrente:**

*“Conforme justificativas apresentadas para a constatação 613597, é possível verificar uma melhoria no cenário, mesmo diante do desafio de oferecer atendimento eletivo em meio a uma pandemia que tanto impactou nos sistemas de saúde. Todas as formas disponíveis de captação destes*

*profissionais e serviços vem sendo empregadas nos últimos tempos, citam-se: concurso público; Termo de Acordo com a Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso por intermédio da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Sebastião do Paraíso/MG (Anexo IV); reajuste na Tabela Municipal para valor pago na consulta especializada e, por fim, a elaboração de um novo edital de credenciamento. Diante do exposto, bem como dos documentos em anexo, não há omissão, tampouco inércia desta Secretaria Municipal de Saúde para melhorar a atenção à saúde local.”*

Dispõe a Portaria de Consolidação MS/GM nº 1 de 28 de setembro de 2017, que consolidou as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, bem como a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde:

*(...)*

#### *TÍTULO IV DO PLANEJAMENTO*

*(...)*

### *CAPÍTULO II*

#### *DOS CRITÉRIOS E PARÂMETROS PARA O PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (PARÂMETROS SUS)*

*Art. 102. Ficam aprovados os Critérios e Parâmetros para o Planejamento e Programação de Ações e Serviços de Saúde no Âmbito do Sistema Único de Saúde (Parâmetros SUS). (Origem: PRT MS/GM 1631/2015, Art. 1º)*

*Art. 103. O documento de que trata este Capítulo encontra-se disponível no endereço eletrônico: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/sas/drac/cgpas/>. (Origem: PRT MS/GM 1631/2015, Art. 2º)*

*Art. 104. Os critérios e parâmetros são referenciais quantitativos utilizados para estimar as necessidades de ações e serviços de saúde, constituindo-se em referências para orientar os gestores do SUS dos três níveis de governo no planejamento, programação, monitoramento, avaliação, controle e regulação das ações e serviços de saúde, podendo sofrer adequações no nível das Unidades da Federação e Regiões de Saúde, de acordo com as realidades epidemiológicas e a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros. (Origem: PRT MS/GM 1631/2015, Art. 3º)*

*Art. 105. Os parâmetros de planejamento e programação são referenciais quantitativos indicativos, sem qualquer caráter impositivo ou obrigatório, visando à equidade de acesso, a integralidade e a harmonização progressiva dos perfis da oferta das ações e serviços de saúde. (Origem: PRT MS/GM 1631/2015, Art. 4º)*

*§ 1º Os estados e municípios podem promover a sua alteração, realizando os ajustes necessários para adequação à realidade epidemiológica, demográfica, patamares de oferta e ao estágio de estruturação da Rede de Atenção à Saúde existente em seus territórios. (Origem: PRT MS/GM 1631/2015, Art. 4º, § 1º)*

*§ 2º Excetuam-se deste caput, os critérios e parâmetros constantes do Capítulo II do documento de que trata este Capítulo: Coletânea de normas, critérios e parâmetros vigentes e com caráter normativo para*

*o planejamento e programação de ações e serviços de saúde que constam em Políticas já regulamentadas pelo Ministério da*

*Saúde, disponível no endereço eletrônico: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/oministerio/principal/secretarias/sas/drac/cgpas/>, por possuírem regras para habilitação e/ou credenciamento no âmbito do SUS. (Origem: PRT MS/GM 1631/2015, Art. 4º, § 2º)*

*Art. 106. Cabe à Secretaria de Atenção à Saúde, a responsabilidade pela gestão e articulação das áreas técnicas do Ministério da Saúde para a revisão periódica dos critérios e parâmetros estabelecidos. (Origem: PRT MS/GM 1631/2015, Art. 5º). (...)*

A Portaria GM/MS nº 1.631, de 1º de outubro de 2015, que aprova critérios e parâmetros para o planejamento e programação de ações e serviços de saúde no âmbito do SUS, estabelece o seguinte quantitativo:

*“Art. 1º Ficam aprovados os CRITÉRIOS E PARÂMETROS PARA O PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NO AMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - "PARAMETROS SUS"*

*(...)*

*Art. 3º Os critérios e parâmetros são referenciais quantitativos utilizados para estimar as necessidades de ações e serviços de saúde, constituindo-se em referências para orientar os gestores do SUS dos três níveis de governo no planejamento, programação, monitoramento, avaliação, controle e regulação das ações e serviços de saúde, podendo sofrer adequações no nível das Unidades da Federação e Regiões de Saúde, de acordo com as realidades epidemiológicas e a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros.*

*Art. 4º Os parâmetros de planejamento e programação são referenciais quantitativos indicativos, sem qualquer caráter impositivo ou obrigatório, visando à equidade de acesso, a integralidade e a harmonização progressiva dos perfis da oferta das ações e serviços de saúde.*

*(...)*

*Quadro 36- Referências para cálculo de parâmetros de necessidade de médicos especialistas.*

*Especialidade*

*Ginecologista/Obstetra*

*Razão médico/100 mil habitantes 25*

*Número de habitantes/especialista 4.000”*

A Portaria de Consolidação MS/GM nº 2, de 28 de setembro de 2017, contém disposições no seguinte sentido:

*(...)*

## **Anexo XXVI**

*Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (Origem: PRT MS/GM 1559/2008)*

(...)

**Art. 5º** A Regulação do Acesso à Assistência efetivada pela disponibilização da alternativa assistencial mais adequada à necessidade do cidadão por meio de atendimentos às urgências, consultas, leitos e outros que se fizerem necessários contempla as seguintes ações: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 5º)

*I - regulação médica da atenção pré-hospitalar e hospitalar às urgências;*

(Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 5º, I)

(...)

**Art. 8º** As atribuições da regulação do acesso serão definidas em conformidade com sua organização e estruturação. (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º)

**§ 1º** São atribuições da regulação do acesso: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º)

*I - Garantir o acesso aos serviços de saúde de forma adequada;* (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º, I)

(...)

*IV - elaborar, disseminar e implantar protocolos de regulação;* (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º, IV)

(...)

*VI - construir e viabilizar as grades de referência e contra referencia;* (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 8º, § 1º, VI)(...)

Já a Portaria de Consolidação MS/GM nº 3, de 28 de setembro de 2017, estabelece:

(...)

### **ANEXO III**

*Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) (Origem: PRT MS/GM 1600/2011)*

(...)

### **CAPÍTULO III**

*DO MODELO DE ORGANIZAÇÃO ASSISTENCIAL DA UPA 24H*

(Origem: PRT MS/GM 10/2017, CAPÍTULO III)

**Art. 75.** Compete ao gestor responsável pela UPA 24h: (Origem: PRT MS/GM 10/2017, Art. 6º)

(...)

*II - adotar protocolos clínicos de atendimento e de procedimentos administrativos;* (Origem: PRT MS/GM 10/2017, Art. 6º, II)

(...)

### **CAPÍTULO IV**

*DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS, EQUIPAMENTOS E RECURSOS HUMANOS DA UPA 24h.*

(Origem: PRT MS/GM 10/2017, CAPÍTULO IV)

(...)

**Art. 77.** Quanto ao mobiliário, aos materiais e aos equipamentos mínimos obrigatórios, deverá ser observado o disposto no arquivo eletrônico disponível no Sistema de Monitoramento de Obras (SISMOB), no endereço eletrônico do Fundo Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. (Origem: PRT MS/GM 10/2017, Art. 8º)

(...)

### **CAPÍTULO V**

*DA QUALIFICAÇÃO*

(Origem: PRT MS/GM 10/2017, CAPÍTULO VII)

**Art. 82.** *A qualificação da UPA 24h condiciona-se à apresentação dos seguintes documentos: (Origem: PRT MS/GM 10/2017, Art. 29)*

*(...)*

**IV** - *relatório padronizado de visita técnica realizada pelo Ministério da Saúde que ateste: (Origem: PRT MS/GM 10/2017, Art. 29, IV)*

*(...)*

**c)** *implantação de protocolos de atendimento clínico, de classificação de risco e de procedimentos administrativos; e (Origem: PRT MS/GM 10/2017, Art. 29, IV, c) (...)*

No mesmo sentido são as disposições da Portaria MS/GM nº 2048, de 5 de novembro de 2002, que aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência:  
*(...)*

## **ANEXO**

### **SISTEMAS ESTADUAIS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA**

#### **REGULAMENTO TÉCNICO**

*(...)*

#### **CAPÍTULO III**

#### **ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR FIXO**

*(...)*

#### **2 – UNIDADES NÃO-HOSPITALARES DE ATENDIMENTO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS**

*Estas unidades, que devem funcionar nas 24 horas do dia, devem estar*

*habilitadas a prestar assistência correspondente ao primeiro nível de assistência da média complexidade (M1). Pelas suas características e importância assistencial, os gestores devem desenvolver esforços no sentido de que cada município sede de módulo assistencial disponha de, pelo menos uma, destas Unidades, garantindo, assim, assistência às urgências com observação até 24 horas para sua própria população ou para agrupamento de municípios para os quais seja referência.*

*(...)*

#### **2.5 - Materiais e Equipamentos**

*Alguns materiais e equipamentos devem, necessariamente, fazer parte do arsenal de qualquer unidade 24 horas como:*

*Estetoscópio adulto/infantil, esfigmomanômetro adulto/infantil, otoscópio com espelhos adulto/infantil, oftalmoscópio, espelho laríngeo, bolsa autoinflável (ambú) adulto/infantil, desfibrilador com marca-passo externo, monitor cardíaco, oxímetro de pulso, eletrocardiógrafo, glicosímetro, aspirador de secreção, bomba de infusão com bateria e equipo universal, cilindro de oxigênio portátil e rede canalizada de gases ou torpedo de O<sup>2</sup> (de acordo com o porte da unidade), maca com rodas e grades, respirador mecânico adulto/infantil, foco cirúrgico portátil, foco cirúrgico com bateria, negatoscópios nos consultórios, serra de gesso, máscaras laríngeas e cânulas endotraqueais de vários tamanhos, cateteres de aspiração, adaptadores para cânulas, cateteres nasais, sondas para aspiração traqueal de vários tamanhos, luvas de procedimentos, máscara para ressuscitador adulto/infantil, ressuscitadores infantil e adulto com reservatório, cadarços para fixação de cânula, laringoscópio infantil/adulto com conjunto de lâminas, cânulas orofaríngeas adulto/infantil, jogos de pinças de retirada de corpos estranhos de nariz, ouvido e garganta, fios cirúrgicos, fios-guia para intubação, pinça de Magyll, bisturi (cabo e lâmina), material para cricotiroidostomia, drenos para tórax, pacotes de gaze estéril, pacote de compressa estéril, esparadrapo, material para punção de vários tamanhos incluindo agulhas metálicas e plásticas, agulhas especiais para punção óssea, garrote, equipos de macro e microgotas, cateteres específicos para dissecação de veias, tamanho adulto/infantil, tesoura, seringas de vários tamanhos, torneiras de 3 vias, frascos de solução salina, caixa completa de pequena cirurgia, frascos de drenagem de tórax, extensões para drenos torácicos, sondas vesicais, coletores de urina, espátulas de madeira, sondas nasogástricas, eletrodos descartáveis, equipamentos de proteção individual para equipe de atendimento,*



*cobertor para conservação do calor do corpo, travesseiros e lençóis, pacote de roupas para pequena cirurgia, conjunto de colares cervicais (tamanho P, M e G), prancha longa para imobilização da vítima em caso de trauma, prancha curta para massagem cardíaca, gerador de energia elétrica compatível com o consumo da unidade, sistema de telefonia e de comunicação. (...)*

#### DA ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES E DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA EM SEDE DE RECURSO:

##### Item 1:

O Recorrente encaminhou fotos dos respiradores na sala de urgência e informou que três bombas de infusão que constavam do CNES estavam obsoletas e foram encaminhadas para manutenção. A Prefeitura realmente abriu edital para compra de novas bombas, com previsão para 25/11/2021, conforme cópia anexada aos autos do presente processo. Desse modo, considerando que medidas foram adotadas visando corrigir a irregularidade identificada pela equipe de auditoria, sugerimos o cancelamento da penalidade aplicada.

##### Item 2:

Foi juntada cópia do Protocolo Clínico, de Obstetrícia e Ginecologia, elaborado pelo Diretor Técnico Dr. L.F.B.X., documento que seria submetido à apreciação e aprovação do Corpo Clínico da UPA.

Pelo exposto, consideramos que a correção da irregularidade encontrava – se em andamento à época da apresentação do recurso, situação em que a penalidade aplicada deverá ser afastada.

Convém ressaltar que a auditoria não detém, como atuação precípua, o caráter punitivo, mas sim adotar medidas que visem, dentre outras:

- Promover o desenvolvimento, a interação e a integração das ações e procedimentos desenvolvidos entre os três níveis de gestão do SUS;
- Auxiliar os respectivos gestores e gerentes no exercício de suas atribuições;
- Verificar a adequação, a resolubilidade a qualidade dos serviços prestados; e a correta utilização dos recursos financeiros oriundos do SUS, a fim de facilitar o controle da sua adequada destinação.

##### Item 3:

Conforme transcrito acima o Recorrente alega que embora não tenham sido aprovados profissionais para a vaga de ginecologia, prevista no Concurso Público Edital 001/2019, de 22/06/2020, medidas foram adotadas pela SMS para corrigir o quantitativo insuficiente daqueles profissionais na Rede Municipal, conforme previsto na legislação, com o credenciamento de mais 03 (três) médicos ginecologistas para atendimento no Ambulatório Municipal.

Em que pese o alegado pelo recorrente, nosso entendimento é no sentido de

que a penalidade aplicada deverá ser mantida, tendo em vista que o município em questão tem contingente populacional que exige um maior número de profissionais da área de ginecologia, a teor do que dispõe os parâmetros estipulados na legislação pertinente.

Item 4:

O Recorrente reiterou as justificativas apresentadas na constatação 613597 (item 3), apontando a adoção de medidas para sanar a não conformidade. Do mesmo modo, consideramos que as argumentações não são suficientemente aptas a afastar a irregularidade identificada.

### **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos e que foram apresentadas justificativas aptas para afastar as irregularidades indicadas nos itens: 1 - constatação nº: 613585 e 2 - constatação nº: 613590, situação em que somos de opinião que as penalidades aplicadas deverão ser canceladas.

Já com relação as constatação indicadas nos itens: 3 - constatação nº: 613597 e 4 - constatação nº: 613598, considerando que as justificativas bem como a documentação apresentadas não nos mostraram suficientemente válidas para afastar as irregularidades identificadas, somos pela manutenção das penalidades aplicadas.

Por fim, convém apontar que numa próxima auditoria, medidas mais severas deverão ser adotadas, se constatadas reincidências das não conformidades aqui assinaladas, bem como de outras que venham a prejudicar a assistência aos usuários daquela localidade.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2022.